

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.279 - PR (2019/0333570-2)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE IBIPORA - PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE LONDRINA - SJ/PR
INTERES. : EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S/A -
ECONORTE
ADVOGADOS : FÁBIO SOARES MONTENEGRO - PR038729
RAFAEL CARDOSO BARROS SILVEIRA - PR062296
BRUNO DOMINGUES RIBEIRO GARCIA - PR079524
INTERES. : EMERSON MIGUEL PETRIV
INTERES. : MATHEUS VINICCIUS RIBEIRO PETRIV E OUTROS
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE IBIPORÃ – PR, suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE LONDRINA – SJ/PR, suscitado, nos autos de ação possessória em que concessionária que administra rodovia alega sofrer ameaça de esbulho e turbação decorrentes de protestos e invasões em praça de pedágio localizada no Km 126 da BR-369, em Jataizinho/PR, organizados pelos réus por meio das redes sociais.

O Juízo suscitante declinou da competência, aduzindo que: a) "a competência para julgar é absoluta e da Justiça Federal, posto que os fatos noticiados se deram em Rodovia Federal, bem da União, nos termos do art. 20, II, da Carta Magna, enquadrando-se na hipótese do art. 109, I, da Constituição Federal"; b) "a existência de delegação pela União ao Estado do Paraná para a realização da administração e exploração da rodovia não elimina ou afasta o interesse da União, pois o bem continua sendo da referida, trata-se apenas de delegação da exploração"; c) "já ocorreram por outras ocasiões manifestações no pedágio localizado na BR-369 (km 126) em Jataizinho e sempre foram julgadas pela Justiça Federal, nem sequer existindo discussão quanto à competência, vale citar a ação de reintegração/manutenção de posse de autos de 5010423-06.2015.4.04.7001, intentada pela ECONORTE em face de manifestantes do MOVIMENTO SEM TERRA"; d) está em curso ação que tramita na Justiça Federal "envolvendo os valores das tarifas de pedágio, bem como o convênio de delegação 002/96 (envolvendo o trecho da BR-369 em questão), ou seja, as matérias relativas ao pedágio e a rodovia federal são sempre discutidas na Justiça Federal; além disso, a principal pauta do movimento é a diminuição do valor da tarifa, o que demonstra possível conexão dos feitos"/ e) a segurança das rodovias é de competência da Polícia Rodoviária Federal (CF, art. 144, §2º), "independentemente da existência de delegação, pois não é dever que se relaciona com a praça de pedágio em si, mas intrínseco ao fato de tutelar a rodovia pertencente à União." (e-STJ fls. 574/585).

O Juízo suscitado, por sua vez, aduziu que não compete à Justiça Federal o julgamento da ação, pois "a União delegou poderes ao Estado do Paraná para

administrar as rodovias federais no âmbito de seu território e o Estado, então, mediante contrato de concessão firmado com a autora, outorgou-lhe a posse direta sobre o bem e a responsabilidade pela utilização e conservação da rodovia". Desse modo, sustenta que "cabe à concessionária praticar os atos necessários à defesa dessa posse, exercendo eventual pretensão no Juízo Comum Estadual, ainda que a rodovia seja federal" (e-STJ fls. 288/303).

Antes da remessa dos autos ao Ministério Público para parecer, a ECONORTE, autora da ação possessória, peticionou para que fosse o Juízo da Comarca de Ibiporã, ora suscitante, designado, em caráter provisório, para as medidas urgentes, dada a ameaça de nova invasão marcada para o dia 10/11/2019, na praça do pedágio da rodovia sob sua concessão, posto que aquele Juízo já apreciou as últimas três liminares concedidas e sua circunscrição engloba o Município de Jataizinho/PR (e-STJ fls. 644/649).

Liminar deferida para, em caráter provisório, designar o Juízo suscitante como competente para as medidas urgentes (e-STJ fls. 651/654).

Parecer do Ministério Público Federal pela competência do Juízo de Direito da Vara Cível de Ibiporã/PR, o suscitante (e-STJ fls. 661/666).

Passo a decidir.

Como ficou anotado por ocasião da análise liminar do presente confito, o Superior Tribunal de Justiça já entendeu ser competente a justiça comum estadual para processar e julgar ação proposta contra empresa que administra rodovia federal sob regime de concessão quando há manifestação expressa da poder concedente, no caso, a União, informando seu desinteresse na causa.

Confiram-se:

ACÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ACIDENTE OCORRIDO EM RODOVIA FEDERAL EXPLORADA POR EMPRESA PRIVADA QUE ATUA POR DELEGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, SOB REGIME DE CONCESSÃO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO.

1. Trata-se de conflito de competência onde figura como suscitante o Juízo Federal da 2ª Vara de São José dos Campos - SJ -SP e como suscitado o Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública de São José dos Campos - SP. Informam os autos que Emerson André Gomide Santos ajuizou ação de reparação de danos em desfavor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SP e da empresa Nova Dutra, que sob o regime de concessão explora a rodovia federal na qual o autor foi vítima de acidente de motocicleta, fato que atribui ao mau estado de conservação do local em que trafegava.

2. A competência para o feito deve ser deferida ao Juízo de Direito de São José dos Campos, uma vez que, realmente, não se encontra no pólo passivo da ação nenhum dos entes elencados no inciso I, do art. 106, da Constituição Federal, sendo de natureza unicamente privada a relação de direito estabelecida nos autos entre o autor e a empresa ré. Nesse sentido, cabe registrar que à fl. 04 há informação de que a União, de forma expressa, manifestou o seu desinteresse na causa.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública de São José dos Campos - SP, o suscitado. (CC

87.102/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/10/2007, DJ 12/11/2007, p. 150). (Grifos acrescidos).

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E FEDERAL. APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO. AÇÃO INDENIZATÓRIA AJUIZADA EM DESFAVOR DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. DESINTERESSE NO FEITO PRINCIPAL MANIFESTADO PELA UNIÃO E RATIFICADO PELO JUÍZO FEDERAL. SÚMULA Nº 155 DESTE STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. A competência da Justiça Federal é prevista no art. 109, I, da Carta Magna de 1988, que assim dispõe: Aos juízes federais compete processar e julgar: as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

2. In casu, o argumento do Juízo Estadual para declinar da sua competência à Justiça Federal, no sentido de que a ré é concessionária de serviço público federal, enquadrando-se na expressão empresa pública federal constante do aludido dispositivo constitucional, data venia, não merece guarida. Deveras, **a ação indenizatória proposta pelo particular em desfavor de pessoa jurídica de direito privado, ainda seja concessionária de serviço público federal, é da Justiça Estadual. Isto porque o concessionário gere os serviços por sua conta, risco e perigo, cabendo a ele, portanto, responder perante terceiros pelas obrigações contraídas ou por danos causados.** (Precedentes: CC 38.799 - TO, Relator Ministro LUIZ FUX, Primeira Seção, DJ de 05 de abril de 2.004; REsp 111.869 - SP, Relator Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Primeira Turma, DJ de 10 de setembro de 1.997; Recurso Extraordinário n.º 119.428 - MS, Relator Ministro ALDIR PASSARINHO, Segunda Turma, DJ de 03 de agosto de 1.990).

3. Ademais, quando da remessa dos autos à Justiça Federal, a União, por meio do petitório de fls. 35/37, manifestou seu desinteresse na lide, asseverando que a eventual procedência da ação não terá o condão de repercutir na sua esfera jurídica, pelo que Juízo Federal declarou a sua competência absoluta, arrimado na Súmula n.º 150 deste STJ, que assim dispõe: Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

4. Conflito Negativo de Competência conhecido para determinar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GUARULHOS - SP. (CC 83.437/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2007, DJ 05/11/2007, p. 216). (Grifos acrescidos).

In casu, tem-se demanda de natureza possessória (interdito proibitório) proposta pela concessionária contra terceiros, visando evitar a prática de esbulho ou turbacão na posse de praça de pedágio situada no município de Jataizinho/PR, referente à abstenção de atos que possam impedir o tráfego na rodovia (e-STJ fl. 574).

A União se manifestou, informando não possuir interesse na lide, pois "foi transferida ao estado do Paraná a responsabilidade em relação às atribuições delegadas, inclusive no que tange à fiscalização e ao controle dos contratos de concessão, bem como no tocante à relação jurídica com terceiros" e "o simples fato de as rodovias concedidas" lhe pertencerem "não tem o condão de atribuir ao serviço público a natureza federal" (e-STJ fls. 389/390).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XXII, do RISTJ, CONHEÇO do conflito para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE IBIPORÃ – PR, o suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator